

# SUMÁRIO

## LIVRO III – O MÉTODO DE EXERCÍCIO DA JURISDIÇÃO: PROCESSO

### TÍTULO IX – processo civil: conceito e função

#### Capítulo XXXIII – o conceito de processo e seu regime jurídico

449. três acepções do vocábulo <i>processo</i> .....	23
450. o processo como categoria jurídica (segunda acepção): uma entidade complexa .....	25
451. relação jurídica processual e contraditório .....	28
452. procedimento e devido processo legal .....	30
453. interação entre procedimento e relação jurídica processual .....	31
454. a legitimação pelo contraditório e pelo devido processo legal ( <i>supra</i> , nn. 120 ss.) .....	33
455. regime jurídico do processo (devido processo legal <i>processual</i> ) ..	33

#### Capítulo XXXIV – espécies de processos e seus resultados (o processo e a vida dos direitos)

456. os resultados institucionais do processo .....	35
457. os direitos, as pessoas e os bens .....	36
458. diferentes técnicas processuais .....	38
459. escolhas adequadas .....	41

### TÍTULO X – formação do processo civil e litispendência

#### Capítulo XXXV – a formação do processo civil e a litispendência

460. formação, suspensão e extinção do processo civil – ideias gerais	43
461. a formação do processo sincrético brasileiro e a passagem de uma fase a outra .....	44
462. a inércia do juiz, o princípio da demanda e a iniciativa de parte ...	46
463. iniciativa de parte .....	49

464.	petição <i>endereçada ao juiz</i> .....	50
465.	os requisitos formais da demanda e a formação do processo ou instauração de nova fase .....	51
466.	a formação da fase de cumprimento de sentença – a fase de liquidação .....	53
467.	a litispendência .....	54
468.	citação válida .....	55
469.	o momento de formação do processo .....	57
470.	efeitos substanciais e processuais da litispendência em relação ao autor ou ao réu .....	60
471.	a litispendência e a máxima <i>electa una via ad alteram non datur regressus</i> .....	62
472.	efeitos da litispendência em relação a terceiros .....	64
473.	pressupostos processuais e formação do processo .....	66
474.	formação do processo arbitral .....	68

#### **Capítulo XXXVI – efeitos processuais da litispendência**

475.	a chamada <i>exceção de litispendência</i> .....	70
476.	litispendência e fase de cumprimento de sentença .....	73
477.	regime jurídico (prioridade pela citação) .....	74
478.	regime jurídico (controle de ofício) .....	75
479.	prevenção do juízo .....	76
480.	perpetuação da competência .....	77
481.	estabilização da demanda .....	77
482.	estabilização objetiva (pedido ou causa de pedir) .....	79
483.	estabilização subjetiva .....	81
484.	estabilização da causa de pedir – ressalvas e esclarecimentos .....	84
485.	suspensão de outro processo (causa prejudicial) .....	88
486.	efeitos processuais da litispendência arbitral – a chamada exceção de litispendência ( <i>supra</i> , nn. 475-478) .....	91
487.	efeitos processuais da litispendência arbitral – prevenção do árbitro ( <i>supra</i> , n. 479) .....	92
488.	efeitos processuais da litispendência arbitral – estabilização da demanda ( <i>supra</i> , n. 481) .....	92
489.	efeitos processuais da litispendência arbitral – suspensão de outro processo ( <i>supra</i> , n. 485) .....	94
490.	efeitos processuais da pendência do processo coletivo .....	94

#### **Capítulo XXXVII – efeitos substanciais da litispendência**

491.	litigiosidade da coisa .....	97
492.	interrupção da prescrição .....	101
493.	interrupção da decadência (ou: cessação da fluência dos prazos decadenciais) .....	103

494.	a validade da citação e as dimensões de sua eficácia interruptiva	104
495.	citação ordenada por juiz incompetente .....	109
496.	reinício da fluência do prazo prescricional .....	109
497.	novas iniciativas necessárias sob pena de prescrição .....	111
498.	decadência – peculiaridades .....	113
499.	prescrição e decadência: premissas éticas e econômicas – razões de convivência social – caráter excepcional .....	114
500.	prescrição e decadência: objeções e não exceções em sentido estrito .....	114
501.	em qualquer tempo ou grau ordinário de jurisdição – observância do contraditório .....	116
502.	constituição em mora .....	120
503.	requisitos da citação para a constituição do devedor em mora .....	122
504.	efeitos substanciais da litispendência arbitral – litigiosidade da coisa ( <i>supra</i> , n. 491) .....	123
505.	efeitos substanciais da litispendência arbitral – interrupção da prescrição ou da decadência ( <i>supra</i> , nn. 492 ss.) .....	124
506.	efeitos substanciais da litispendência arbitral – constituição do obrigado em mora ( <i>supra</i> , nn. 502-503) .....	124
507.	efeitos substanciais da pendência do processo coletivo – esp. a constituição em mora em caso de direitos individuais homogêneos ( <i>supra</i> , nn. 80-90) .....	125

## ***TÍTULO XI – a demanda e o objeto do processo civil***

### ***Capítulo XXXVIII – a demanda***

508.	demanda: o ato e o conteúdo (pretensão) .....	126
509.	demanda e petição inicial .....	128
510.	demanda, ação, causa, pedido e lide – empregos menos corretos do vocábulo <i>demanda</i> .....	129
511.	demanda e objeto do processo ( <i>supra</i> , n. 151) .....	131
512.	pretensão bifronte .....	131
513.	ação, demanda e direito de demandar: uma escalada de situações	133
514.	elementos constitutivos da demanda (a chamada <i>identificação das ações</i> ) .....	135
515.	partes .....	137
516.	peculiaridades terminológicas .....	138
517.	parte e representante .....	138
518.	parte e substituto processual ( <i>infra</i> , n. 637) .....	140
519.	parte e parte legítima ( <i>infra</i> , n. 633) .....	140
520.	partes nos processos de jurisdição voluntária .....	141
521.	pedido: provimento e bem da vida ( <i>supra</i> , n. 2) .....	142
522.	<i>pedido certo e determinado</i> (CPC, arts. 322 e 324) – o pedido genérico .....	144

523.	inadmissível o pedido genérico no processo de execução ou na fase de cumprimento de sentença .....	145
524.	<i>idem</i> , no processo monitório .....	147
525.	o pedido genérico nos juizados especiais cíveis .....	147
526.	o pedido genérico nas ações coletivas por direitos individuais homogêneos .....	148
527.	pedido vago e pedido de sentença condicional .....	149
528.	causa de pedir – substanciação .....	151
529.	a estrutura mínima da demanda e razões de sua exigência .....	154
530.	os elementos constitutivos e as diferenças entre demandas – relações entre elas ( <i>infra</i> , nn. 537 ss.) .....	156
531.	as demandas do autor e as do réu .....	158
532.	interpretação da demanda e a regra da correlação .....	160
533.	os chamados <i>pedidos implícitos</i> .....	163
534.	correlação entre tutela jurisdicional e demanda .....	165
535.	revogação da demanda ( <i>desistência da ação</i> ) .....	166
536.	classificações e adjetivações .....	170

### **Capítulo XXXIX – relações entre demandas**

537.	espécies de relações .....	174
538.	conexidade ( <i>supra</i> , n. 365) .....	175
539.	afinidade .....	178
540.	comunhão .....	179
541.	conexidade subjetiva .....	179
542.	continência .....	180
543.	prejudicialidade .....	182
544.	prejudicialidade e processo .....	183
545.	demanda principal e demanda acessória .....	186
546.	dependência .....	188

### **Capítulo XL – cumulação de demandas**

547.	das relações entre demandas à sua cumulação no processo ( <i>supra</i> , nn. 537 ss.) .....	189
548.	justificação sistemática, conceito, espécies e disciplina geral .....	190
549.	cúmulos de pedidos (em geral) .....	192
550.	cúmulo simples de pedidos (CPC, art. 327) .....	192
551.	cúmulo sucessivo (prejudicialidade – demanda principal e acessória) .....	195
552.	cúmulo alternativo de pedidos (CPC, art. 325) .....	197
553.	alternatividade eventual (pedido subsidiário – CPC, art. 326) .....	199
554.	cúmulo de fundamentos .....	201
555.	cúmulo subjetivo (litisconsórcio) .....	203
556.	cúmulo originário ou ulterior (inicial ou sucessivo) .....	203

557. extinção ou redução do cúmulo de demandas – sem extinção do processo, sequer parcial .....	206
---	-----

### ***Capítulo XLI – o objeto do processo civil***

558. objeto do processo, pretensão e mérito – a lide .....	209
559. objeto do processo: o pedido e não a causa de pedir .....	213
560. o mérito e as questões de mérito .....	214
561. objeto do processo e objeto do conhecimento do juiz .....	216
562. a delimitação do objeto do processo .....	217
563. ampliação e redução do objeto do processo ( <i>supra</i> , n. 556) .....	219
564. objeto simples, composto ou decomponível – unidade do processo .....	221
565. objeto do processo, litispendência e coisa julgada .....	223

## ***TÍTULO XII – relação jurídica processual civil***

### ***Capítulo XLII – relação jurídica processual***

566. relação entre os sujeitos do processo .....	225
567. origem e elementos distintivos .....	227
568. os sujeitos da relação jurídica processual, ou do processo .....	228
569. relação complexa, evolutiva e unitária .....	229
570. situações jurídicas ativas e passivas – autoridade e sujeição .....	231
571. faculdades processuais das partes .....	233
572. ônus processuais das partes (absolutos ou relativos) .....	234
573. poderes processuais das partes .....	237
574. os poderes-deveres do juiz .....	237
575. o juiz não tem faculdades nem ônus processuais .....	238
576. deveres das partes, especialmente o de lealdade .....	240
577. não há direitos subjetivos e obrigações de natureza processual ....	241
578. dever e a faculdade de cooperação entre as partes e o juiz – diálogo e contraditório .....	242
579. autonomia da relação processual .....	245
580. relação de direito público .....	246
581. relação jurídica tríplice (angular? triangular?) .....	247
582. requisitos prévios à relação jurídica processual: os pressupostos processuais .....	250
583. relação jurídica processual, contraditório e devido processo legal	253
584. as partes, a relação jurídica processual, a garantia do contraditório e os limites subjetivos da eficácia e da autoridade da sentença ....	254

## ***TÍTULO XIII – sujeitos do processo civil***

### ***Capítulo XLIII – o juiz no exercício da jurisdição***

585. o Estado e seus agentes jurisdicionais, os juízes .....	256
--	-----

586.	a figura do árbitro .....	258
587.	o dever de imparcialidade .....	258
588.	parcialidade potencial ou efetiva .....	259
589.	suspeição e impedimento do juiz – dever de abstenção – recusa ..	260
590.	o controle do impedimento ou da suspeição do juiz .....	263
591.	os poderes e deveres do Estado-juiz .....	266
592.	poderes-deveres do juiz (atos finais) .....	268
593.	poderes-deveres do juiz no processo civil inquisitório ( <i>supra</i> , n. 126) .....	273
594.	os poderes que o juiz não tem .....	278
595.	poderes de natureza administrativa ( <i>polícia das audiências</i> ) .....	280

**Capítulo XLIV – os auxiliares da Justiça no exercício das funções complementares**

596.	os órgãos auxiliares como sujeitos secundários do processo .....	282
597.	poderes e deveres dos auxiliares da Justiça em geral .....	283
598.	poderes e deveres do escrivão ou chefe de secretaria .....	284
599.	poderes e deveres do oficial de justiça ( <i>supra</i> , n. 416) .....	284
600.	poderes e deveres do perito .....	285
601.	poderes e deveres dos auxiliares parajurisdicionais (juizados es- peciais cíveis) .....	285

**Capítulo XLV – partes**

602.	conceito puro de parte .....	287
603.	a qualidade de parte .....	290
604.	o Ministério Público e a Fazenda Pública como partes .....	291
605.	as situações jurídicas ativas e passivas das partes (quadro geral) .	293
606.	os ônus de demandar, de afirmar e de defender-se .....	294
607.	afirmar fatos constitutivos, impeditivos, modificativos ou extinti- vos de direitos .....	296
608.	ônus da prova .....	301
609.	ônus de recorrer .....	302
610.	ônus de adiantar despesas ( <i>infra</i> , nn. 873 ss.) .....	303
611.	o dever de lealdade processual .....	303
612.	litigância de má-fé e abuso de direito no processo .....	305
613.	atos atentatórios à dignidade da Justiça ( <i>contempt of court</i> ) .....	315
614.	a repressão aos atos atentatórios à dignidade da Justiça em todas as espécies de processo .....	316
615.	atos atentatórios no processo ou fase de execução .....	317
616.	atos atentatórios tipificados nos diversos incisos do art. 774 .....	318
617.	multas e responsabilidade civil – decisões necessariamente moti- vadas .....	320
618.	partes na demanda e partes no processo .....	322
619.	sucessão das partes .....	324

620. dualidade de partes .....	326
621. pluralidade de partes .....	328
622. aquisição e perda da qualidade de parte .....	331
623. capacidade das partes .....	334
624. capacidade de ser parte .....	335
625. capacidade de estar em juízo .....	337
626. capacidade postulatória .....	340
627. igualdade das partes ( <i>supra</i> , n. 118) .....	343

**Capítulo XLVI – ação e defesa: síntese das posições das partes no processo**

628. as situações jurídicas ativas das partes .....	345
629. a inércia inicial do juiz, a iniciativa de parte e o conteúdo da ação e da defesa .....	347
630. direito ao provimento de mérito .....	349
631. o direito de ação antes e durante o processo: direito ao processo – as condições da ação e a carência de ação .....	351
632. o interesse processual e o binômio <i>necessidade-adequação</i> .....	354
633. a legitimidade <i>ad causam</i> .....	358
634. legitimidade <i>ad causam</i> , aspecto do interesse de agir .....	360
635. legitimidade ativa à execução forçada .....	362
636. legitimidade ativa de ambas as partes à liquidação de sentença ...	362
637. legitimidade extraordinária (substituição processual) .....	363
638. legitimidade ativa extraordinária nos processos coletivos .....	366
639. legitimidade autônoma ou subordinada .....	366
640. legitimidade exclusiva ou concorrente .....	367
641. legitimidade isolada ou conjunta (litisconsórcio necessário) .....	368
642. a utilidade sistemática da técnica das condições da ação .....	368
643. condições existentes e não apenas afirmadas ( <i>repúdio à teoria da asserção</i> ) .....	369
644. as condições supervenientes e as que desaparecem no curso do processo – as condições da ação são indispensáveis no momento de julgar .....	371
645. falsas carências de ação .....	372
646. o conceito de ação e sua evolução doutrinária .....	374
647. natureza jurídica da ação e da defesa: poderes e não direitos subjetivos – titular passivo, o Estado .....	378
648. espécies de ações e de defesas – as exceções em sentido estrito ...	380
649. atipicidade da ação e da defesa .....	382
650. defesa e eventualidade – preliminares e defesas de mérito .....	384

**Capítulo XLVII – litisconsórcio**

651. conceito – fenômeno de pluralidade de partes ( <i>supra</i> , nn. 620-621) .....	386
---	-----

652.	justificação sistemática .....	388
653.	admissibilidade do litisconsórcio .....	389
654.	conexidade objetiva (CPC, art. 113, inc. II) .....	390
655.	afinidade de questões (CPC, art. 113, inc. III) .....	391
656.	comunhão em direitos ou obrigações (CPC, art. 113, inc. I) .....	392
657.	admissibilidade do litisconsórcio e legitimidade <i>ad causam</i> .....	394
658.	litisconsórcio multitudinário .....	395
659.	litisconsórcio e tutela jurisdicional coletiva .....	396
660.	formação do litisconsórcio (modos e momentos) .....	397
661.	litisconsórcio originário ou ulterior (inicial ou sucessivo) .....	400
662.	extinção ou redução do litisconsórcio .....	400
663.	a relativa autonomia dos litisconsortes (CPC, art. 117) .....	403
664.	regimes do litisconsórcio – litisconsórcio unitário ou comum .....	405
665.	litisconsórcio necessário ou facultativo .....	409
666.	litisconsórcio necessário-unitário .....	410
667.	litisconsórcio necessário por força de lei (não invariavelmente unitário) .....	411
668.	a implementação do litisconsórcio necessário e as consequências da não-implementação .....	412
669.	em caso de litisconsórcio necessário-unitário .....	413
670.	em caso de litisconsórcio necessário por força de lei .....	416
671.	litisconsórcio necessário ativo .....	417
672.	necessariedade e unitariedade do litisconsórcio – conceitos independentes .....	418
673.	litisconsórcio unitário facultativo (não necessário) .....	419
674.	litisconsórcio necessário não unitário (comum) .....	420
675.	litisconsórcio facultativo .....	421
676.	litisconsórcio alternativo ou eventual .....	423
677.	o processo litisconsorcial .....	425

### **Capítulo XLVIII – as intervenções de terceiros**

678.	fenômenos de pluralidade de partes .....	430
679.	justificação sistemática .....	431
680.	intervenção .....	432
681.	limites temporais (regra básica e geral) .....	434
682.	conceito puro de terceiro .....	435
683.	espécies de intervenções e situações legitimantes – o terceiro e o objeto do processo ( <i>supra</i> , nn. 151 e 511) .....	436
684.	intervenções voluntárias e intervenções provocadas (coatas) .....	437
685.	a aquisição da qualidade de parte pelo terceiro .....	438
686.	incidentes processuais .....	439
687.	os intervenientes como partes .....	440
688.	intervenção e processo .....	440



689.	intervenção e competência .....	441
690.	intervenção litisconsorcial voluntária .....	442
691.	intervenção de legitimados extraordinários .....	445
692.	assistência .....	446
693.	assistência simples ou qualificada (litisconsorcial) .....	451
694.	entre a assistência litisconsorcial e o litisconsórcio .....	455
695.	<i>amicus curiæ</i> .....	456
696.	recurso de terceiro juridicamente prejudicado ( <i>infra</i> , n. 2.221) ....	459
697.	sucessão do réu pelo verdadeiro obrigado ou pela parte legítima (antiga nomeação à autoria) .....	461
698.	denúnciação da lide e chamamento ao processo – ideias gerais ...	463
699.	denúnciação da lide: conceito – ampliação do objeto do processo e da relação jurídica processual .....	464
700.	as posições do litisdenuciado na relação processual .....	465
701.	em caso de denúnciação feita pelo réu .....	465
702.	duas situações especiais, conforme o comportamento do denunciado – liberdade de escolha pelo réu-denunciante (CPC, art. 128, incs. II-III) .....	466
703.	em caso de denúnciação feita pelo autor .....	468
704.	ainda a dupla função da denúnciação da lide .....	469
705.	denúnciação da lide: âmbito de admissibilidade .....	471
706.	denúnciação da lide: hipóteses de admissibilidade .....	471
707.	denúnciação da lide: obrigatoriedade? .....	475
708.	denúnciação da lide: legitimidade para denunciar e para ser denunciado .....	476
709.	apenas uma denúnciação sucessiva .....	478
710.	excluída a denúnciação <i>per saltum</i> .....	479
711.	denúnciação da lide: o título executivo contra o denunciado .....	480
712.	chamamento ao processo: conceito e utilidade sistemática .....	482
713.	chamamento ao processo: âmbito de admissibilidade .....	484
714.	chamamento ao processo: hipóteses de admissibilidade .....	485
715.	chamamento ao processo: condenação solidária (CPC, art. 132) .	488
716.	denúnciação, chamamento e ilegitimidade <b>ad causam</b> do réu ....	490
717.	denúnciação da lide e chamamento ao processo – uma clara superposição no Código de Processo Civil .....	491
718.	intervenção coata do terceiro supostamente responsável (incidente de desconsideração da personalidade jurídica) .....	494
719.	intervenção coata no processo de produção antecipada de provas – intervenção <i>jussu judicis</i> .....	495

### **Capítulo XLIX – o Ministério Público como parte no processo civil**

720.	condição de parte em todos os casos de legitimidade – o fundamento sistemático desta .....	498
------	--	-----

721.	parte <i>parcial</i> ou fiscal da ordem jurídica .....	499
722.	os fatores legitimantes e as diversas posições do Ministério Público no processo civil brasileiro .....	501
723.	o Ministério Público como <i>custos legis</i> .....	502
724.	o Ministério Público não é defensor da Fazenda Pública .....	505
725.	o Ministério Público como assistente da parte principal .....	506
726.	o Ministério Público como parte principal .....	507
727.	a legitimidade ativa para as ações civis públicas .....	508
728.	dimensões da legitimidade do Ministério Público para a ação civil pública .....	511
729.	o regime legal do Ministério Público na relação processual civil ..	513
730.	dever de imparcialidade e recusa do promotor de justiça .....	515
731.	honorários da sucumbência .....	517

#### ***TÍTULO XIV – o procedimento e os atos processuais civis***

##### ***Capítulo L – o procedimento no processo civil brasileiro***

732.	procedimento – conceito e conteúdo .....	519
733.	conteúdo das normas que definem o procedimento .....	520
734.	os procedimentos-modelo segundo a lei e os procedimentos concretamente realizados .....	523
735.	o regime legal do procedimento .....	524
736.	interdependência entre os atos do processo .....	525
737.	regularidade formal e instrumentalidade das formas ( <i>infra</i> , n. 843) .....	526
738.	a oralidade no procedimento e o <i>processo oral</i> .....	527
739.	procedimento rígido ou flexível – fases .....	530
740.	as fases procedimentais no processo sincrético brasileiro .....	532
741.	preclusões, fases procedimentais e o procedimento rígido brasileiro .....	533
742.	procedimento rígido e adaptações do procedimento .....	540
743.	flexibilidade e adaptabilidade do procedimento arbitral .....	541
744.	diversificação dos procedimentos (comum, especiais <i>etc.</i> ) .....	542
745.	a escolha do procedimento adequado segundo a lei .....	545
746.	incidentes do procedimento, questões incidentes e processo incidente .....	546

##### ***Capítulo LI – atos processuais civis***

747.	conceito .....	551
748.	negócios jurídicos processuais .....	554
749.	fatos jurídicos processuais .....	559
750.	as condutas omissivas como fatos jurídicos processuais .....	560
751.	efeitos sobre o procedimento e sobre a relação jurídica processual .....	563

752. eficácia constitutiva, impeditiva, modificativa ou extintiva .....	564
753. momento da produção dos efeitos .....	564
754. atos escritos ou orais e a documentação eletrônica .....	565
755. atos simples ou complexos .....	567
756. atos processuais ilícitos ( <i>supra</i> , nn. 611-613) .....	568
757. os atos dos diversos sujeitos processuais .....	570
758. atos processuais das partes (por si ou por advogado) .....	570
759. atos processuais indutivos ou causativos (atos de parte) .....	575
760. atos processuais do juiz (atos judiciais) .....	576
761. atos do juiz: provimentos (pronunciamentos) e atos materiais .....	579
762. pronunciamentos – decisão <i>lato sensu</i> e despachos .....	580
763. os atos decisórios – sentença – evolução do conceito no direito brasileiro .....	581
764. sentença – seu conceito atual .....	584
765. os atos decisórios – decisões interlocutórias .....	586
766. uma decisão interlocutória de mérito .....	587
767. os atos não decisórios – despachos, ou despachos de mero expediente .....	588
768. sentenças, decisões interlocutórias e despachos: confrontos .....	589
769. acórdão .....	590
770. outras variações dos atos processuais do juiz .....	591
771. atos do árbitro .....	593
772. atos dos auxiliares da Justiça .....	594
773. documentação e registro dos atos processuais – autos e registros eletrônicos .....	595
774. atos processuais de pertinência geral e atos próprios a certos processos ou procedimentos .....	598

### **Capítulo LII – atos de comunicação processual: citação e intimação**

775. relevância sistemática da comunicação processual .....	601
776. citação .....	602
777. intimações .....	607
778. as intimações que acompanham a citação .....	609

### **Capítulo LIII – atos de cooperação jurisdicional – as cartas**

779. a cooperação jurisdicional e seus fundamentos – as cartas – as atividades de cooperação .....	611
780. cooperação jurisdicional internacional: as cartas rogatórias ( <i>supra</i> , n. 201) .....	614
781. cooperação jurisdicional nacional: carta de ordem .....	614
782. cooperação jurisdicional nacional: carta precatória .....	617
783. atos de comunicação processual .....	619
784. atividades probatórias .....	620
785. atos de constrição sobre pessoas ou coisas .....	621

786.	recusa de cumprimento às cartas de ordem e precatórias .....	622
787.	regras comuns às cartas, no Código de Processo Civil .....	625
788.	delegação de funções .....	627
789.	as cartas arbitrais .....	628

### **Capítulo LIV – a forma dos atos processuais civis**

790.	do conteúdo à forma: equilíbrio e racionalidade nas exigências formais – o valor dos escopos .....	630
791.	formas processuais e devido processo legal .....	631
792.	liberdade e legalidade das formas no Código de Processo Civil ...	633
793.	requisitos formais gerais ou especiais .....	635
794.	requisitos formais intrínsecos e extrínsecos (modo, lugar e tempo) .....	635
795.	requisitos gerais quanto ao modo dos atos processuais .....	636
796.	requisitos gerais quanto ao lugar dos atos processuais .....	639
797.	requisitos gerais quanto ao tempo dos atos processuais – a eliminação das férias forenses .....	641
798.	cont.: dias sem expediente forense e horários de expediente .....	643
799.	atos processuais típicos ou atípicos .....	644
800.	o modelo brasileiro dos atos processuais civis típicos .....	645

### **Capítulo LV – prazos processuais civis**

801.	conceito e distinções fundamentais – prazos aceleratórios e prazos dilatatórios .....	646
802.	prazos próprios e impróprios – preclusões .....	648
803.	prazos endoprocessuais e extraprocessuais – prazos não-processuais .....	652
804.	a dimensão dos prazos: diversos aspectos .....	653
805.	unidades de tempo .....	653
806.	prazos legais e prazos judiciais .....	654
807.	prazos convencionais e calendário estabelecido consensualmente pelas partes .....	655
808.	prazos peremptórios ou dispositivos (meramente ordinatórios) ....	656
809.	as alterações de prazos não-peremptórios por ato das partes .....	657
810.	prorrogação de prazos por ato do juiz .....	660
811.	prorrogação dos prazos em caso de transmissão de petições via fax .....	661
812.	fluência e contagem dos prazos: diversos aspectos .....	662
813.	<i>fluir</i> e <i>contar</i> : conceitos diferentes .....	662
814.	o início dos prazos e sua fluência .....	664
815.	início dos prazos em caso de intimação pelo <i>Diário da Justiça eletrônico</i> .....	665
816.	o início da <i>contagem</i> dos prazos .....	667

817. especificações .....	669
818. ressalvas .....	670
819. início do prazo para contestar e simultaneidade do início dos prazos .....	671
820. simultaneidade restrita ao início da <i>fluência</i> dos prazos .....	672
821. no processo autônomo de execução – sem simultaneidade .....	673
822. contagem em dias úteis .....	673
823. somente os prazos processuais .....	676
824. o fim dos prazos .....	677
825. contagem regressiva de prazos .....	679
826. interrupção e suspensão dos prazos processuais .....	680
827. casos de interrupção dos prazos .....	680
828. casos de suspensão dos prazos .....	682
829. a igualdade nos prazos e os prazos maiores concedidos pela lei (CPC, arts. 180, 183 e 186) .....	685
830. renúncia aos prazos .....	688

### ***Capítulo LVI – defeitos dos atos processuais e do procedimento***

831. atos processuais, escopos e eficácia .....	691
832. defeitos formais e não-formais dos atos processuais .....	692
833. as consequências dos defeitos do ato processual .....	693
834. graduação da intensidade das consequências .....	694
835. atos processuais meramente irregulares .....	694
836. atos processuais juridicamente inexistentes .....	696
837. invalidade, nulidade e ineficácia do ato processual– a indispensável declaração judicial da nulidade .....	700
838. não existem atos anuláveis em direito processual .....	702
839. nulidades cominadas ou não-cominadas (sistemáticas) .....	703
840. nulidades absolutas ou relativas .....	705
841. nulidades absolutas .....	706
842. nulidades relativas .....	709
843. instrumentalidade das formas – normas de superdireito processual .....	711
844. efeito expansivo das nulidades – nulidades inerentes ou sistemáticas – nulidade do procedimento como um todo .....	714
845. nulidade parcial do ato ou do procedimento – confinamento das nulidades .....	715
846. suprimimento, sanação, repetição e convalidação .....	717
847. erro de procedimento (CPC, art. 283) – ainda a instrumentalidade das formas .....	719
848. a ineficácia dos atos de parte .....	721
849. defeitos, escopos e ineficácia (visão de conjunto) .....	724

***TÍTULO XV – os meios instrumentais do processo civil******Capítulo LVII – os meios instrumentais do processo civil:  
bens e fontes de prova***

850. meios: elementos externos .....	726
851. prova .....	727
852. fontes de prova .....	728
853. bens .....	729

***TÍTULO XVI – os pressupostos e as crises******Capítulo LVIII – pressupostos de admissibilidade  
da tutela jurisdicional civil***

854. direito à tutela jurisdicional e direito ao provimento .....	730
855. pressupostos de admissibilidade do provimento jurisdicional: seu significado sistemático .....	731
856. os pressupostos .....	732
857. os pressupostos e o direito ao provimento .....	734
858. ausência de pressupostos .....	735

***Capítulo LIX – ônus da iniciativa e dever de impulso***

859. iniciativa e impulso – processo civil dispositivo ou inquisitório ..	736
860. a iniciativa e o impulso segundo o art. 2º do Código de Processo Civil .....	737
861. atos de impulso delegados ao escrivão ou chefe de secretaria .....	739
862. ônus de impulso e consequências do descumprimento .....	739
863. o ônus de provocar a instauração da fase de cumprimento de sen- tença .....	741

***Capítulo LX – as crises do processo civil: suspensão e extinção do  
processo – incidentes críticos***

864. crises processuais .....	742
865. extinção do processo civil .....	743
866. suspensão do processo civil .....	745
867. suspensão imprópria do processo – incidentes processuais .....	746
868. outras crises menores .....	747

***TÍTULO XVII – o regime financeiro do processo civil******Capítulo LXI – o custo do processo civil  
e os encargos da sucumbência***

869. onerosidade da jurisdição e do processo .....	748
870. o custo financeiro do processo: despesas processuais e honorários advocatórios .....	749
871. despesas processuais .....	751

872. ônus e obrigações das partes pelo custo do processo (responsabilidade provisória ou definitiva) .....	753
873. ônus de adiantamento atribuído à parte interessada (CPC, art. 82) .....	756
874. momentos para o adiantamento .....	757
875. preparo inicial .....	758
876. preparo do cumprimento de sentença? .....	759
877. o preparo dos recursos – a deserção ( <i>infra</i> , n. 2.235) .....	759
878. a relevação da pena de deserção e a correção de equívocos .....	761
879. adiantamentos referentes aos atos dos auxiliares eventuais da Justiça .....	762
880. dispensa do ônus de preparar .....	763
881. dispensas concedidas em leis especiais .....	764
882. nas oposições do executado (impugnação e embargos) .....	765
883. transferência do encargo ao autor ou rateio entre as partes .....	766
884. a responsabilidade final pelo custo do processo: sucumbência e causalidade .....	767
885. advocacia em causa própria .....	769
886. sucumbência recíproca e demais casos de rateio do custo processual – a sucumbência em parte mínima .....	770
887. casos em que não há obrigação pelo custo do processo .....	774
888. o campo de incidência das normas sobre a obrigação pelo custo do processo .....	777
889. cont.: no processo ou fase de conhecimento .....	778
890. na execução e no cumprimento de sentença .....	779
891. no processo monitorio .....	780
892. cont.: nos processos antecedentes (CPC, art. 294, par.) .....	781
893. nos recursos .....	781
894. nos incidentes processuais (hipótese do Código anterior, inaplicável no presente) .....	783
895. a condenação .....	783
896. a condenação por despesas e honorários independe de pedido específico .....	784
897. condenação em primeiro ou segundo grau de jurisdição .....	785
898. valor dos honorários: o critério central e as dimensões de sua aplicação .....	786
899. cont.: condenação por danos à pessoa e por prestações vincendas em geral .....	790
900. a condenação honorária dos beneficiários da assistência judiciária .....	790
901. honorários nas causas em que a Fazenda Pública é parte .....	791
902. honorários no cumprimento de sentença ou no processo autônomo de execução .....	793

903.	condenação solidária ou não (litisconsortes vencidos) .....	794
904.	direito do advogado aos honorários da sucumbência .....	796
905.	inadmissível a compensação de honorários .....	798
906.	demanda autônoma de cobrança de honorários da sucumbência ..	800

**Capítulo LXII – assistência judiciária**

907.	objetivo: efetividade do direito ao processo .....	801
908.	histórico jurídico-positivo e o âmbito da assistência a ser prestada aos necessitados – a legislação vigente .....	802
909.	peças naturais ou jurídicas .....	803
910.	nacionais ou estrangeiros .....	804
911.	a presunção de insuficiência financeira .....	805
912.	assistência ao demandante, ao demandado ou ao terceiro interve- niente .....	807
913.	benefícios personalíssimos – não favorecem o litisconsorte nem os possíveis sucessores .....	808
914.	insuficiência financeira e não econômica .....	808
915.	entre o ônus de antecipar despesas e a obrigação de pagar quando sucumbe – os encargos da sucumbência não são dispensados .....	809
916.	obrigação sob condição suspensiva .....	810
917.	o objeto da assistência judiciária .....	811
918.	defesa técnica gratuita .....	811
919.	dispensa de adiantamentos <i>etc.</i> .....	812
920.	o grave problema das perícias não remuneradas .....	813
921.	dispensas não integrais – parcelamento .....	814
922.	concessão, redução e revogação do benefício .....	815